

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 120.152 - RS (2019/0331780-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**RECORRENTE** : C S DOS S B (PRESO)  
**ADVOGADO** : GETÚLIO VARGAS - RS023876  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por C.S. DOS S. B., contra o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que denegou o *writ* de origem em acórdão assim ementado (fl. 87):

HABEAS CORPUS. LEI DE DROGAS. REITERAÇÃO DE HABEAS CORPUS ANTERIOR. PARCIAL CONHECIMENTO. EXCESSO DE PRAZO. NÃO CONFIGURADO.

O colegiado já apreciou outro habeas corpus (nº70080757271) impetrado em favor da ora paciente, ocasião em que foi analisada a legalidade e necessidade da prisão, tratando-se de mera reiteração, razão pela qual não se conhece dessa parte da impetração. Na parte conhecida, quanto ao alegado excesso de prazo, esclareço apenas que a simples ultrapassagem dos prazos legais não é suficiente a caracterizar a ilegalidade da custódia.

Compreendo que a questão deverá ser analisada com base nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade. Assim, constato que o processo está recebendo o seu devido impulsionamento e que a marcha processual segue regular, uma vez que a paciente foi presa em flagrante no dia 22/02/2019 pela prática, em tese, dos delitos de tráfico de drogas e associação pra o tráfico. No dia seguinte, o flagrante foi homologado e convertido em prisão preventiva. Em 03/04/2019 o Ministério Público ofereceu denúncia contra a paciente e outros onze coacusados.

Notificados, apresentaram eles defesa prévia, sendo a denúncia recebida em 11/06/2019. No momento, o feito aguarda a designação de audiência de instrução e julgamento. Importa referir, ainda, que se trata de feito complexo, uma vez que envolve 12 réus acusados por crimes gravíssimos, ensejando a oitiva de várias testemunhas de defesa e de acusação.

ORDEM DENEGADA, NA PARTE CONHECIDA.

A recorrente foi presa em flagrante em 22/2/2019, convertido em preventiva sendo denunciada pela prática dos delitos tipificados nos arts. 33, *caput*, c.c. o art. 40, III e IV, e 35, *caput*, todos da Lei 11.343/2006, e art. 244-B da Lei 8.069/90.

Neste recurso argumenta-se, em suma, ausência dos requisitos do art. 312 do CPP, desproporcionalidade da medida extrema e excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal, requerendo, liminarmente e no mérito, a

revogação da prisão preventiva ou a sua substituição pelas medidas cautelares previstas no art. 319 da mesma lei processual.

A liminar foi indeferida.

As informações foram prestadas.

Manifestou-se o Ministério Público Federal pelo improvimento recursal.

Na origem, Processo 0001061-56.2019.8.21.0037, oriundo da 1ª Vara Criminal de Uruguaiana/RS, realizou-se audiência de instrução em 25/11/2019, na qual foram ouvidas 25 testemunhas, no entanto, ainda não encerrada a instrução, conforme informações processuais recebidas via contato telefônico em 27/11/2019.

É o relatório.

DECIDO.

De início, a desproporcionalidade do regime em que cumprida a prisão não pode ser aferida antes da dosimetria da pena pela sentença, não cabendo, na via eleita, a antecipação dessa análise. A esse respeito: AgRg no RHC 77.138/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 02/02/2017, DJe 10/02/2017 e HC 360.342/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 12/09/2016.

No mais, não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

Extrai-se do decreto preventivo (fls. 12-20):

[...] Trata-se de prisão em flagrante - na forma do art. 302, inc. I, do CPP - em que autuados: a) DOUGLAS HALLEY SOARES ARAÚJO - ocorrência n. 150625/2019/2012; b) ILSONGLEI NUNES FERNANDES - ocorrência n. 150625/2019/2013; c) MARTA CORDEIRO DA SILVA - ocorrência n. 150625/2019/2013; d) WILLIAN GUILHERME NORONHA ARAÚJO - ocorrência n. 150625/2019/2013; e) FLÁVIO MONIZ BARRETO - ocorrência n. 150625/2019/2018; f) **CLÁUDIA SIMONE DOS SANTOS BARBOSA** ocorrência n. 150625/2019/2017; g) LUIS VANDERLEI NUNES FERNANDES - ocorrência n. 150625/2019/2012; h) CARLOS VANDERLEI BARRETO PINTO - ocorrência n. 150625/2019/2018; e i) EDI MUNIZ BARRETO ocorrência n. 150625/2019/2018; pela prática do crime de tráfico de substância entorpecente (art. 33, caput, da Lei n. 11.343/06).

[...]

Contra CLÁUDIA SIMONE DOS SANTOS BARBOSA ocorrência n. 150625/2019/2017 são ainda maiores os indícios da prática da mercancia. Tenha-se em mente que por ocasião do cumprimento do MBA foram encontrados com sua pessoa valor correspondente a 50% do salário mínimo em notas diversas além de balança de precisão - típicos de ponto de tráfico. Certo

que a flagranteada argumentou que não se trata de balança de precisão e que o numerário decorre de seu pequeno bolicho; contudo era alvo da investigação policial, sendo identificado seu apelido de "tia" e diversas conversas com indivíduo de sotaque catarinense.

Há também *fumus comissi delicti* da mercancia de substância ilícita em relação a sua pessoa.

[...]

Há portanto *fumus comissi delicti* da mercancia de substância ilícita em relação aos indiciados.

Por seu turno, o *periculum libertatis* é sinalizado pela necessidade de constrição da liberdade como forma de (a) garantia da ordem pública, (b) da ordem econômica, ou por conveniência (c) da instrução criminal, ou ainda para assegurar (d) a aplicação da lei penal. No caso, todos os APFs tem em comum o aviltamento a garantia da ordem pública.

Isso porque a SI da DPC/Uruguaiana identificou que os flagranteados transformaram o bairro Nova Esperança, vulgo Barão, em depositário de drogas de indivíduo nascido em Santa Catarina e foragido daquele Estado, com diversos pontos de tráfico de entorpecentes. Em tese, esse indivíduo conhecido como Mário coordena a venda de entorpecentes no bairro, o que pode ser observado pelos investigadores com a realização da mercancia em plena luz do dia e que deixou de ser praticada por indivíduos isolados para ser praticada por famílias, v.g. Cláudia e filhos, Ilsonlei e mulher. Some-se aos fatos que na representação consta que os flagranteados possuem passagens anteriores pelo mesmo delito a denotar certa habitualidade das condutas, tudo a indicar que a segregação cautelar é a medida a ser imposta como forma de se salvaguardar a saúde pública, sendo-lhe inviável a aplicação das medidas diversas da prisão na forma como apregoadado pelo art. 319 do CPP. Tal qual preconizado pelos tribunais superiores: STJ, HC 307.628/T0, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 25/11/2014, DJe 05/12/2014; HC 301.236/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, julgado em 25/11/2014, DJe 03/12/2014.[...]

Como se vê, conta do decreto prisional fundamentação idônea com esteio no fato de a recorrente integrar organização criminosa voltada à prática do tráfico ilícito de entorpecentes, ressaltando-se que *a SI da DPC/Uruguaiana identificou que os flagranteados transformaram o bairro Nova Esperança, vulgo Barão, em depositário de drogas de indivíduo nascido em Santa Catarina e foragido daquele Estado, com diversos pontos de tráfico de entorpecentes.*

Com efeito, a jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que justifica a prisão preventiva o fato de o acusado integrar organização criminosa, em razão da garantia da ordem pública, quanto mais diante da complexidade dessa organização, evidenciada no número de integrantes. Nesse sentido: RHC n. 46.094/MG – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Sebastião Reis Júnior - DJe 4/8/2014;

RHC n. 47242/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 10/6/2014;  
RHC n. 46341/MS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 11/6/2014;  
RHC n. 48067/ES – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Regina Helena Costa – DJe 18/6/2014.

Igual posicionamento se verifica no Supremo Tribunal Federal, v.g.: AgRg no HC n. 121622/PE – 2ª T. – unânime – Rel. Min. Celso de Mello – DJe 30/4/2014; RHC n. 122094/DF – 1ª T. – unânime – Rel. Min. Luiz Fux – DJe 4/6/2014; HC n. 115462/RR – 2ª T. – unânime – Rel. Min. Ricardo Lewandowski – DJe 23/4/2013.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Com relação aos prazos consignados na lei processual, deve-se atentar o julgador às peculiaridades de cada ação criminal. De efeito, uníssona é a jurisprudência no sentido de que a ilegalidade da prisão por excesso de prazo só pode ser reconhecida quando a demora for injustificada, impondo-se adoção de critérios de razoabilidade no exame da ocorrência indevida coação.

Sabe-se que os prazos fixados na legislação para a prática de atos processuais servem apenas de parâmetro, não podendo deduzir o excesso apenas pela soma aritmética dos mesmos.

Sobre o tema, assim se manifestou o Tribunal local (fl. 91 - com destaques):

[...] Por sua vez, no tocante ao alegado excesso de prazo, esclareço apenas que a simples ultrapassagem dos prazos legais não é suficiente a caracterizar a ilegalidade da custódia. Compreendo que a questão deverá ser analisada com base nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

Sobre o ponto, colaciono trecho do parecer ministerial, que vai ao encontro do exposto em sede liminar, a fim de refutar o alegado excesso de prazo:

(...)

"Com efeito, analisando-se os documentos postos e as informações prestadas pela autoridade apontada como coatora, deflui-se que **a paciente foi presa em flagrante no dia 22/02/2019** pela prática, em tese, dos delitos de tráfico de drogas e associação pra o tráfico. No dia seguinte, o flagrante foi homologado e convertido em prisão preventiva. **Em 03/04/2019 o Ministério Público ofereceu denúncia contra a paciente e outros onze coacusados.** Notificados, apresentaram eles defesa prévia, sendo a

**denúncia recebida em 11/06/2019.** No momento, o feito aguarda a designação de audiência de instrução e julgamento.

Ora, não se olvida que a situação detectada nestes autos não é a ideal - pelo contrário, está bem longe disso. Sem embargo, como dito alhures, não trouxe o impetrante a este instrumento qualquer demonstração concreta de desídia do Poder Judiciário ou de atuação temerária da acusação que levassem ao atraso ocorrido. **O que há, de fato, é um processo que se prolonga no tempo em razão da sua própria complexidade, uma vez que envolve 12 réus acusados por crimes gravíssimos, ensejando a oitiva de várias testemunhas de defesa e de acusação.**

Diante, pois, deste cenário de atos, fatos e circunstâncias, entende-se que, a despeito da delonga constatada, não se revela possível, ainda, o reconhecimento de excesso de prazo como fator capaz de tornar ilegal a segregação cautelar."

(...)

Assim, não obstante a complexidade da ação principal, demonstrada a regularidade na instrução processual, não havendo, portanto, qualquer desídia do juízo singular, voto, pois, pela denegação da ordem.

Como visto da transcrição acima, trata-se de ação penal na qual foram denunciadas 12 pessoas, dentre elas a ora recorrente, presa em flagrante em 22/2/2019, sendo recebida a denúncia em 11/6/2019, e, pelas informações prestadas via contato telefônico com o juízo de 1º grau, realizou-se audiência de instrução e julgamento em 25/11/2019, sendo ouvidas 25 testemunhas, faltantes outras mais, sendo assim, designada a sua continuação.

Logo, ainda que a recorrente tenha sido presa em 22/2/2019, não se revela desproporcional a custódia cautelar, nesse momento, diante das penas em abstrato atribuídas aos delitos pelos quais é acusada – arts. 33, *caput*, c.c. o art. 40, III e IV, e 35, *caput*, todos da Lei 11.343/2006, e art. 244-B da Lei 8.069/90.

Assim, não evidenciada mora estatal em ação penal em que a sucessão de atos processuais infirma a ideia de paralisação indevida da ação penal, ou de culpa do Estado persecutor, não se vê demonstrada ilegalidade no prazo da persecução criminal desenvolvida.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator